



# Anais da Assembléia

Número 234

Curitiba, Quarta-feira, em 17 de dezembro de 1997

Ano XXIII

## Mesa Diretora

ANIBAL KHURY  
Presidente - PTB

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI  
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS ZUK  
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN  
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS  
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA  
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI  
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI  
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI  
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado Valdir Rossoni
PFL .....	Deputado Plauto Miró
PTB .....	Deputado Ademar Traiano
PMDB .....	Deputado Orlando Pessuti
PPB .....	Deputado Augustinho Zucchi
PT .....	Deputado Péricles H. de Mello
PDT .....	Deputado Edgar Bueno
PL .....	Deputado Hordácio Rodrigues
PSN .....	Deputado Emerson Nerone
PSDB .....	

## Representação Partidária

PFL - 18: Aníbal Khury - Basílio Zarusso - Cleiton Cristóvão - Durval Amaral - Etno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Carúrio - Hidekazu Takayama - Júlio Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Remy Borsatto - Walnor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sômis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Delfio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Hordácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
13ª LEGISLATURA  
ATA DA 003ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO  
REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 1997  
(QUARTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

As quinze horas e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Ademar Traiano, Albenor Gomes, Angustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlo Quintana, Carlos Simões, César Selene, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinho Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossom e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) – Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO – Procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) – Não havendo expediente a ser lido.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

Com a presença de 54 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados

**ITEM 01**

**REDAÇÃO FINAL** – do Projeto de Lei nº 686/97, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 107/97, que institui o PARANAEDUCAÇÃO.

**PROJETO DE LEI Nº 686/97  
REDAÇÃO FINAL  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná**

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica instituindo o PARANAEDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito privado, sob a modalidade de serviço social autônomo, sem fins lucrativos, de interesse coletivo, com a finalidade de auxiliar na Gestão do Sistema Estadual de Educação, através da assistência institucional, técnico-científica, administrativa e pedagógica, da aplicação de recursos orçamentários destinados pelo Governo do Estado, bem como da captação e gerenciamento de recursos de entes públicos e particulares nacionais e internacionais.

Art. 2º - O PARANAEDUCAÇÃO poderá celebrar convênios, contratos, ajustes, parcerias de consórcios com pessoas físicas, jurídicas, de direito público e privado, nacionais, estrangeiras ou internacionais, a fim de realizar suas finalidades, atendidas as exigências do Contrato de Gestão e do Estatuto referidos nesta lei.

**CAPÍTULO II  
DOS FINS**

Art. 3º - O PARANAEDUCAÇÃO tem por finalidade proporcionar à população padrões elevados de ensino e educação, competindo-lhe para seu eficaz desempenho:

I – gerir os recursos de qualquer natureza destinados ao desenvolvimento da educação, em consonância com as diretrizes programáticas do Governo do Estado;

II – prestar apoio técnico, administrativo-financeiro e pedagógico à Secretaria de Estado da Educação, visando à melhoria e o desenvolvimento educacional do Estado do Paraná;

III – constituir-se em instrumento de intermediação administrativa-financeira, visando compatibilizar as exigências das entidades de financiamento para o desenvolvimento educacional às características e às necessidades do Sistema Estadual de Educação;

IV – contribuir para a eficiente aplicação dos recursos públicos na área de desenvolvimento educacional, promovendo, para tanto, o suprimento e aperfeiçoamento dos recursos humanos, administrativos e financeiros do Sistema Estadual de Educação;

V – administrar Fundos Especiais existentes ou que venham a ser criados, no âmbito do Sistema Estadual de Educação, na forma de legislação e regulamentação pertinentes.

**TÍTULO II  
DO MODELO INSTITUCIONAL E ORGANIZAÇÃO**

**CAPÍTULO I  
DO MODELO INSTITUCIONAL**

Art. 4º - O PARANAEDUCAÇÃO se vinculará, por cooperação, à Secretaria de Estado da Educação - SEED, que se incumbirá de supervisionar a sua gestão e administração, observadas as orientações normativas que emitir e em conformidade com o Contrato de Gestão, que com o Estado subscrever, nos termos previstos pela lei.

Parágrafo único - O Superintendente do PARANAEDUCAÇÃO é o Secretário de Estado da Educação, a quem compete controlar e avaliar suas ações, em consonância com os planos, programas, projetos, produtos e serviços, aprovados pelo seu Conselho de Administração, observando os termos de contrato de Gestão e do Estatuto.

## CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO

Art. 5º - A Direção Superior do PARANAEDUCAÇÃO é constituída, respectivamente:

I - pelo Conselho de Administração, de natureza deliberativa, consultiva, de controle e normativa, composto por 5 (cinco) membros natos e 7 (sete) membros efetivos;

II - pela Diretoria Executiva, composta por 1 (um) Superintendente, 1 (um) Diretor Técnico e 1 (um) Diretor Administrativo-Financeiro.

Art. 6º - O Secretário de Estado da Educação, além de desempenhar as funções de Superintendente do PARANAEDUCAÇÃO, é o membro nato do Conselho de Administração, de cujas reuniões participará sem direito a voto.

Art. 7º - São membros natos do Conselho de Administração do PARANAEDUCAÇÃO, o:

- Secretário de Estado da Educação;
- Secretário de Estado da Fazenda;
- Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral;
- Secretário de Estado da Administração; e
- Presidente do Conselho Estadual de Educação.

Art. 8º - São membros efetivos do Conselho de Administração do PARANAEDUCAÇÃO:

- um representante indicado pelo Ministério da Educação e do Desporto;
- um representante indicado pelo Instituto de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR;
- um representante indicado pela APP-Sindicato;
- um representante do Setor Produtivo, indicado, de comum acordo, pelas Federações Patronais;
- um representante indicado pela Federação das Associações de Pais e Mestres;
- um representante da Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público;

- um representante indicado pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME-Paraná.

Art. 9º - O Superintendente e os membros do Conselho de Administração não perceberão qualquer remuneração ou vantagem pelos serviços pelos serviços que prestarem ao PARANAEDUCAÇÃO, que serão considerados de relevante interesse público.

Art. 10º - O Diretor Técnico e o Diretor Administrativo-Financeiro são cargos de recrutamento amplo, escolhidos pelo Superintendente do PARANAEDUCAÇÃO, remunerados nos termos do Plano de cargos e salários, previsto no artigo 19º, desta lei.

## CAPÍTULO III DA COMPETÊNCIA E ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Art. 11º - Ao Conselho de Administração do PARANAEDUCAÇÃO compete:

- aprovar o Regimento Interno;
- fixar diretrizes de aplicação dos recursos da entidade, ad referendum do Governo do Estado do Paraná;
- sugerir, com base em levantamento técnico, o montante de recursos a serem colocados à disposição do Sistema Estadual de Educação;
- baixar normas de procedimentos e instruções complementares disciplinados da aplicação dos recursos financeiros internos e externos disponíveis;
- delegar competência à Diretoria Executiva para prática dos atos concernentes às atividades operacionais da entidade, fixando, ademais, os recursos para seu funcionamento interno;
- fixar condições de repasse dos empréstimos e subempréstimos aos beneficiários, quando couber;
- definir critérios de utilização e repasse dos recursos a serem alocados para as diversas entidades envolvidas no Sistema Estadual de Educação;
- definir objeto de auditoria interna e externa para as operações da entidade;
- aprovar a contratação de auditoria externa independente, quando for o caso;
- fixar os limites da alçada para a ação da Diretoria Executiva;
- analisar e aprovar os relatórios circunstanciados sobre a execução e a conclusão das intervenções de política educacional;
- aprovar os planos anuais de aplicação dos recursos e os demonstrativos contábeis e financeiros da entidade, apresentados pela Diretoria Executiva;
- exercer as demais atribuições indispensáveis à administração da entidade;
- definir e qualificar os cargos e funções necessários à entidade, por proposta da Diretoria Executiva; e
- aprovar o Estatuto da entidade, bem como as suas alterações.

Art. 12º - A competência, atribuições e o funcionamento da Diretoria Executiva e das demais

unidades do PARANAEDUCAÇÃO serão definidos em Estatuto.

Art. 13º - Os membros do Conselho de Administração do PARANAEDUCAÇÃO serão nomeados pelo Governador e reunir-se-ão, sob a presidência do Superintendente da entidade, para escolher o seu Presidente e Secretário, que cumprirão mandato de 2 (dois) anos.

Parágrafo Único - os membros natos e os efetivos, e respectivos suplentes, do Conselho de Administração, tornam posse perante o Superintendente da entidade, assinando o Termo lavrado em livro próprio.

### TÍTULO III DO ESTATUTO E DO REGISTRO

Art. 14º - O Conselho de Administração aprovará, por proposta do Superintendente do PARANAEDUCAÇÃO, o Estatuto da entidade, que será submetido a deliberação do Governador, para homologação, mediante ato próprio, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da publicação desta lei.

Parágrafo 1º - Aprovado o Estatuto, o Presidente e o Secretário do Conselho de Administração procederão a elaboração dos atos jurídicos que se fizerem necessários para concretizar a instituição estipulada nesta lei, promovendo o seu registro no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

Parágrafo 2º - A reforma do Estatuto depende de proposta do Superintendente, da Diretoria Executiva ou de membros do Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - As alterações do Estatuto da entidade, após aprovadas pelo Conselho de Administração e homologadas pelo Governador, serão levadas a registro no cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, por ato do Presidente e Secretário do Conselho de Administração.

### TÍTULO IV DO CONTRATO DE GESTÃO

Art. 15º - O PARANAEDUCAÇÃO fica autorizado a celebrar Contrato de Gestão com o Poder Público Estadual.

Parágrafo 1º - Contrato de Gestão, para efeito desta lei, é o instrumento técnico-jurídico, formal, de direito civil, celebrado entre o Estado do Paraná, por seu Governador, com a intervenção das Secretarias de Estado da Fazenda, da Educação e do Planejamento e Coordenação-Geral, e o PARANAEDUCAÇÃO, por intermédio do seu Superintendente, com a finalidade de assegurar a sua plena autonomia técnica, administrativa e financeira, com a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade e economicidade e, também, o seguinte:

I - fixar, de modo objetivo, as responsabilidades, a execução e os prazos inerentes aos planos, programas, projetos e atividades a cargo do PARANAEDUCAÇÃO;

II - permitir à Diretoria Executiva capacidade para contratar, administrar e dispensar recursos humanos, inclusive para as atividades de ensino e pesquisa geridas pelo PARANAEDUCAÇÃO, sob o regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de forma a assegurar a preservação dos mais elevados e rigorosos padrões técnicos de seus planos, programas, projetos e atividades, bem como de seus produtos e serviços;

III - permitir à Diretoria Executiva estabelecer processo de compra de materiais e serviços mediante procedimentos liquidatórios simplificados, observados os princípios inscritos nas Constituições e na legislação atinente em vigor, em especial a Lei Federal 8.666/93, ou a que lhe vier suceder, publicando as normas em Diário Oficial do Estado;

IV - fixar as condições de remuneração e de repasse das receitas financeiras da entidade.

Parágrafo 2º - A execução do Contrato de Gestão será supervisionada pela Secretaria de Estado da Educação e fiscalizada pela Assembleia Legislativa do Estado

Parágrafo 3º - O Contrato de Gestão, que terá prazo de 20 (vinte) anos, poderá ser modificado, de comum acordo entre as partes que o subscreverem, no curso de sua execução, para incorporar ajustes aconselhados pela supervisão ou pela fiscalização.

Parágrafo 4º - O Contrato de Gestão só poderá ser modificado, por motivo imperativo, após 10 (dez) anos de vigência, constituindo-se para apreciar tais alterações uma comissão especial, composta pelo Secretário de Estado da Educação, como representante do Governo do Estado, um Deputado Estadual, indicado pelo Presidente da Assembleia Legislativa, um representante da Associação de Pais e Mestres, sendo presidente um integrante do Ministério Público.

### TÍTULO V DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO

Art. 16 - As contas do PARANAEDUCAÇÃO deverão ser aprovadas, anualmente, pela Assembleia Legislativa.

Parágrafo 1º - O PARANAEDUCAÇÃO encaminhará, anualmente, à Secretaria de Estado - SEED, que enviará à Assembleia Legislativa do Estado, até 31 de março de cada ano, relatório circunstanciado sobre a execução de seus planos, programas, projetos, atividades, produtos e serviços, expressos em plano de Ação estratégica, nos Planos Anuais e Plurianuais e nos correspondentes Orçamentos, com a prestação de contas dos recursos neles aplicados, a avaliação do andamento do Contrato de Gestão e as análises de desempenho gerenciais cabíveis.

Parágrafo 2º - Por deliberação do Conselho de Administração ou determinação do Superintendente serão

processadas auditorias internas e externas nas operações da entidade.

## TÍTULO VI DAS RECEITAS

Art. 17 - Constituem Receitas do PARANAEDUCAÇÃO:

I - dotações orçamentárias que lhe destinar o Poder Público Estadual ou outras modalidades governamentais, na forma do Contrato de Gestão;

II - empréstimos, doações, legados, auxílios, contribuições e outras subvenções de entidades públicas ou particulares e de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;

III - recursos provenientes da venda de seus produtos e da prestação de serviços;

IV - recursos provenientes de fundos especiais;

V - rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros e outros pertinentes ao patrimônio sob sua administração;

VI - recursos provenientes de acordos, convênios, ajustes ou contratos, celebrados com entidades públicas ou privadas;

VII - receitas provenientes de alienação de bens móveis ou imóveis; e

VIII - outros recursos que lhe venham ser destinados.

## TÍTULO VII DO REGIME JURÍDICO DOS EMPREGADOS

Art. 18º - As ações do PARANAEDUCAÇÃO, compreendendo todas as atividades administrativas e técnicas relacionadas com planos, programas, projetos, produtos e serviços, de sua responsabilidade, serão exercidas e desempenhadas por empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e por terceiros, pessoas jurídicas ou físicas, observada a legislação em vigor.

Art. 19º - A Diretoria Executiva do PARANAEDUCAÇÃO, no prazo de 90 (noventa) dias de sua posse, apresentará um Plano de Cargos e Salários, estabelecendo a política salarial e de benefícios dos empregados, com a instituição de plano de carreira, contendo critérios de promoção e de valorização profissional.

Parágrafo 1º - Os valores salariais dos cargos e funções serão fixados em correspondência com os valores de mercado e, se necessário, revistos periodicamente.

Parágrafo 2º - O Plano de Cargos e Salários, bem como as suas revisões e alterações deverá ser apreciado e aprovado pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - Os funcionários públicos estaduais, sob o regime jurídico único, poderão optar pelo regime de alterações de trabalho do PARANAEDUCAÇÃO, desde que:

I - o requeram formalmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da aprovação do Plano de Cargos e Salários, de que trata o "caput" deste artigo;

II - haja cargo vago disponível e compatível com a sua formação e especialização;

III - seja considerado de interesse da entidade, a critério exclusivo da Comissão instituída para decidir sobre a matéria; e

IV - se desvincule do Serviço Público e, se for o caso, de qualquer outra atividade profissional remunerada.

## TÍTULO VIII DO PATRIMÔNIO DO PARANAEDUCAÇÃO

Art. 20 - O patrimônio do PARANAEDUCAÇÃO será constituído:

I - pelo acervo de bens e direitos que adquirir ou vierem a ser-lhe incorporados;

II - pelos legados, doações e heranças que receber, de pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, nacional, estrangeira ou internacional;

III - por quaisquer outros bens e direitos que vierem a se incorporar ao PARANAEDUCAÇÃO.

Art. 21º - Com a extinção do PARANAEDUCAÇÃO os seus bens e direitos serão revertidos ao patrimônio do Estado do Paraná.

## TÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações orçamentárias necessárias para o presente exercício, de forma a proporcionar cobertura orçamentária para os projetos e atividades a serem desenvolvidos pelo PARANAEDUCAÇÃO.

Art. 23º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17.12.1997

(aa) CESAR SELEME - Presidente

EDUARDO TREVISAN - Relator

Aprovado, com voto contrário do PMDB, do PT e do PSDB.

### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 687/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 108/97, que altera os dispositivos que especifica, da Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, pertinente ao imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

Aprovada.

### PROJETO DE LEI Nº 687/97

#### REDAÇÃO FINAL

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam introduzidas na Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, as seguintes alterações:

Alteração 1º - O parágrafo 3º do art. 3º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo 3º - Na hipótese do parágrafo anterior, caso os veículos venham a ser recuperados, o imposto do

exercício em que ocorre a recuperação será dividido na razão de 1/12 (um doze avos) por mês, contados a partir daquele em que tenha sido expedido o Auto de Entrega pelo órgão competente, ficando dispensada a cobrança do imposto relativo ao período em que o veículo esteve fora da posse direta do seu proprietário, na forma e prazo previsto em instrução secretarial."

Alteração 2ª - A alínea "e" do inciso I do art. 6º passa a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se a alínea "f".

"e) o adquirente, em relação ao veículo adquirido sem o pagamento do imposto do exercício ou exercícios anteriores;

f) qualquer pessoa que detiver a posse do veículo."

Alteração 3ª - Os incisos II e VI do art. 14 passam a vigorar com a seguinte redação, ficando remunerado o parágrafo único para parágrafo 1º e acrescentando-se o parágrafo 2º:

"II - os veículos de propriedade de Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Representações de Organismos Internacionais, de caráter permanente e respectivos funcionários estrangeiros indicados pelo Ministério de Relações Exteriores;

VI - destinados, exclusivamente, ao transporte escolar, cuja propriedade ou posse decorrente de contrato de arrendamento mercantil seja pessoa física ou prefeitura municipal;

Parágrafo 2º - O benefício de que trata o inciso II, fica condicionado à existência de reciprocidade de tratamento tributário, declarada pelo Ministério de Relações Exteriores."

Alteração 4ª - o inciso II. Do art. 15 passa a vigorar com a seguinte redação:

"II - 1% (um por cento) para veículos destinados à locação, de propriedade de empresas locadora ou cuja posse detenham, mediante contato de arrendamento mercantil;

Art. 2º - Fica o Secretário de Estado da Fazenda autorizado a cancelar créditos tributários lançados até 31 de dezembro de 1992, cujo montante atualizado seja igual ou inferior a quatro Unidades Padrão Fiscal do Paraná - UPF/PR.

Art. 3º - Fica aprovada, nos termos do inciso IV do art. 3º da Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, a tabela de valores venais para cálculo do IPVA do exercício de 1998, que constitui o Anexo Único desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 1998, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17.12.1997

(aa) CESAR SELEME - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

A Mesa alerta os Senhores Deputados que deverá

receber, segundo informações do Secretário da fazenda, projeto de lei constituído de Mensagem que evita, no meu entendimento, a privatização do banestado. É um alerta que estamos fazendo porque acho que a matéria talvez seja de maior importância que vamos discutir neste período de convocação extraordinária.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando uma sessão ordinária para Quinta-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

# ORDEM DO DIA:

## 1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de resoluções nºs. 026 e 027/97

Na oportunidade convoco os Senhores Deputados para a reunião da CCJ, Quinta-feira, dia 18, às 13:30 minutos.

Levanta-se a Sessão.

## Portarias:

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

### PORTARIA Nº 175/97

prorrogar, a disposição do servidor Luiz Eduardo Holzmann Araújo, matrícula nº 1759, funcionário deste Poder Legislativo, para prestar serviços junto à Companhia de Habitação do Paraná-COHAPAR, órgão vinculado à Secretaria Especial da Política habitacional, com ônus para o órgão de origem, até 31.12.98.

(Protoc. nº 12699/97)

### PORTARIA Nº 178/97

prorrogar, a disposição funcional da servidora Valéria Cortes Chaves França, até 31.12.98, com ônus para o órgão de origem, para permanecer prestando serviços junto à Defensoria Pública do Paraná, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania.

(Protoc. nº 12005/97)

### PORTARIA Nº 179/97

prorrogar, a disposição funcional da servidora Thirsa Rita Rosse Tirapelle, até 31.12.98, com ônus para o órgão de origem, para permanecer prestando serviços junto à Defensoria Pública do Paraná, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania.

(Protoc. nº 12006/97)

Gabinete da Diretoria Geral, em 17.12.1997.

(a) ABIB MIGUEL